

A EDUCAÇÃO SUPERIOR E AS POLÍTICAS DE IGUALDADE DE GÊNERO: experiências no Brasil e em Portugal

Roxane de Alencar Irineu*
Amanda Marques de Carvalho Gondim**
Isabel Menezes***

Resumo

Este artigo objetiva compreender a percepção de docentes do ensino superior em saúde do Brasil e de Portugal sobre a educação no assunto desigualdade de gênero. O estudo comparado de natureza qualitativa foi realizado com aplicação de entrevistas com 7 docentes, de ambos os sexos, de Instituições de Ensino Superior do Brasil (Universidade Federal de Sergipe) e de Portugal. Os resultados apontam para uma invisibilidade de uma diferença entre os gêneros e consequente relações de poder como resquícios de um passado recente. Conclui sobre a necessidade em se desenvolver maiores discussões desse tema no ensino superior em saúde nos dois países, por ser a educação superior um espaço privilegiado para desconstruções e mudanças de paradigmas.

Palavras-chave: docente; educação superior; gênero; saúde.

Abstract

This article aims to understand the perception of teachers of higher education in health in Brazil and Portugal on education in the subject gender inequality. The comparative study of a qualitative nature was carried out with the application of interviews with 7 teachers of both sexes, of Higher Education Institutions in Brazil (Federal University of Sergipe) and Portugal. The results point to an invisibility of a difference between genders and consequent power relations as remnants of a recent past. Concludes on the need to develop greater discussions of this topic in higher education in health in both countries, because higher education is a privileged space for deconstruction and changes of paradigms.

Keywords: teacher; college education; gender; health.

* Doutoranda em Educação; Professora Assistente do Departamento de Fonoaudiologia da Universidade Federal de Sergipe, Campus Prof. Antônio Garcia Filho; Mestre em Saúde Pública pela Universidade Estadual do Ceará; E-mail: roxaneirineu@gmail.com;

** Professora da Rede Estadual de Pernambuco e da Rede Municipal de Jaboatão dos Guararapes. Licenciatura plena em História e mestrado em educação pela UFPE. Email: amcgondim@gmail.com

*** Professora da Universidade do Porto. Diretora do Programa Doutoral em Ciências da Educação da Universidade do Porto; imenezes@fpce.up.pt

Introdução

Refletir sobre igualdade de gênero na educação superior sugere tratar em princípio da questão dos direitos humanos, tema que acolhe os direitos sociais de todos(as) os(as) cidadãos(ãs), independente da classe social, crença, gênero, orientação sexual, raça, nacionalidade, condição física ou idade. Tais direitos foram construídos historicamente e se reconfiguram a depender das mudanças culturais proporcionadas pelas transformações sociais e políticas e são resultado também de movimentos sociais, reivindicações e lutas dos mais variados grupos e categorias.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, da qual Brasil e Portugal foram signatários, proclama a igualdade entre todas as pessoas desde o seu nascimento. Dentre outros aspectos abordados nesse instrumento para a harmonia entre os povos, considera-se que todas as pessoas devem agir no espírito de fraternidade.

As sociedades, de um modo geral, elaboram e modificam suas leis de acordo com os seus interesses. Em algumas delas, o que se percebe é a sobreposição de interesses de uma classe ou um grupo. Apesar disso, observa-se o esforço consciente em promover algo em vários momentos entendido como distante do real sentido de justiça, a exemplo de países cuja legislação coloca homens e mulheres¹ em patamares distintos. Tentando parecer igualitários, esses mesmos grupos, por vezes, reveem suas regras, gerando um ciclo de perdas e ganhos sociais, numa demonstração de certo 'delírio social', encontrado em 'O sonho de um homem ridículo':

[...] Cada um tornou-se tão cioso da sua individualidade que não fazia outra coisa senão tentar com todas as forças humilhar e diminuir a dos outros, e a isso dedicava a sua vida. Surgiu a escravidão, surgiu até a escravidão voluntária: os fracos se submetiam de bom grado aos mais fortes, apenas para que estes os ajudassem a esmagar os que eram ainda mais fracos que eles mesmos. Surgiram os justos, que chegavam a essas pessoas com lágrimas nos olhos e lhes falavam da sua dignidade, da perda da medida e da harmonia, da sua falta de vergonha. Riam deles ou os apedrejavam. Sangue santo correu na porta dos templos. Em compensação, surgiram pessoas que começaram a imaginar: como fazer com que todos se unam de novo, de modo que cada um, sem deixar de amar a si mesmo mais do que os outros, ao mesmo tempo não perturbe ninguém, e possam viver assim todos juntos como que numa sociedade cordata (DOSTOIÉVSKI, 2011, p. 119).

¹ A opção por se utilizar a terminologia homem e mulher deve-se ao fato deste texto tratar primordialmente da opressão do homem sobre a mulher em um contexto histórico. Não se desconsidera as outras formas de opressão de gênero e nem tão pouco as inúmeras representações de gênero.

Nesse excerto de Dostoiévski, encontra-se uma tentativa de interpretação do ir e vir dos direitos sociais que historicamente se reconfiguram. Dostoiévski explica de maneira poética a total incoerência da vida humana em sociedade. É por conta dessa incoerência que os estudos de gênero buscam desconstruir ideias e normas que fundamentam a desigualdade de gênero, por exemplo. E aqui delimita-se uma posição: uma sociedade livre só será possível com um movimento feminista forte.

Desenvolvendo uma lógica de esquematização, tal como Foucault (2008), deve-se considerar a análise das práticas. Assim, o que se observa é a existência de um processo pela emancipação da mulher ao longo da história das mais distintas formas nas sociedades.

O poder e a verdade em Foucault (2008a) são categorias relativas. Tanto um quanto outro se constituem por meio da relação entre grupos e nas condições de autoridade que podem ser exercidas de um sobre outro. O elemento cuja legitimidade será conferida a conceder o poder de autoridade é a instituição, ou seja, o que representa não o poder de uma determinada pessoa, mas o poder de onde ela advém.

Acredita-se, assim como Foucault (2008), que os sistemas de educação constituem um importante espaço na construção do ser em humano. Dessa forma, também se configuram para o exercício do poder e por meio deles estabelecem os saberes a serem apreendidos pela sociedade, delimitando papéis e discursos representados, por fim, os saberes produzidos (FOUCAULT, 2008a). Concorde-se que o indivíduo não se encontra com suas ideias e o meio o acolhe; há, ao contrário, uma estreita relação entre aquilo que a pessoa reproduz em sua fala e os lugares ocupados por ela. Foucault (2012) considera que o poder não é possuído por alguém, mas é antes uma relação fluida que permite o uso da força (física ou simbólica): coerção, persuasão, negociação ou barganha difundindo-se e ramificando-se em micropoderes relacionais. Já o termo patriarcado se refere aos modos históricos de organização social em que a dominação é exercida somente por uma pessoa, uma constelação dispersa de relações desiguais discursivamente constituídas em campos sociais de força, nos quais os homens possuem poder social, privilégio econômico e

controle sobre o corpo das mulheres através de diversas manifestações (CRUZ, 2005).

Nesse sentido, a análise do discurso busca repensar os efeitos dos discursos na constituição dos sujeitos. E a noção de subjetividade é aqui entendida como “[...] a maneira pela qual o sujeito faz a experiência de si mesmo em um jogo de verdade, no qual ele se relaciona consigo mesmo [...]” (FOUCAULT, 2004, 236). A partir dos enunciados, presente no discurso dos professores, a pesquisa buscou compreender a percepção de docentes do ensino superior em saúde do Brasil e em Portugal quanto às questões da desigualdade de gênero, no que concerne à educação.

Metodologia

Esta pesquisa é de natureza qualitativa, pois verifica uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, o vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números, visto que se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Os estudos de gênero e saúde priorizam metodologias qualitativas para interpretar mecanismos de discriminação/exclusão social, estereótipos construídos nos processos de educação/socialização (CRUZ, 2012).

Para tanto, participaram deste estudo 7 docentes pertencentes ao campus de saúde de Lagarto da Universidade Federal de Sergipe (UFS), bem como de três IES de Portugal (Escola Superior de Saúde, Escola Superior de Enfermagem e Escola de Medicina da Universidade do Minho). O Campus de saúde da UFS é composto por 167 docentes (115 mulheres e 52 homens) e 9 departamentos (Medicina, Odontologia, Enfermagem, Fonoaudiologia, Fisioterapia, Terapia Ocupacional, Nutrição, Farmácia e Educação em Saúde). A instalação deste novo campus no interior do estado de Sergipe ocorreu em 2010 e trouxe um aspecto inovador no processo de ensino-aprendizagem que é a utilização, nos projetos pedagógicos, da metodologia da Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP).

Utilizou-se para a coleta dos dados, entrevistas semiestruturadas com os docentes de ambos os sexos das referidas IES de cursos da área da saúde (terapia

ocupacional, fonoaudiologia/terapia da fala, enfermagem e medicina). A faixa etária dos docentes compreendia-se entre 40 e 58 anos de idade. Todos estavam em exercício docente e alguns acumulavam cargo de gestão. Tem esta pesquisa, portanto, uma perspectiva de gênero onde as falas dos participantes foram analisadas por meio da análise do discurso numa aproximação com o pensamento foucaultiano.

Gênero

A incorporação da abordagem de gênero está ancorada na tese da construção histórica e social das desigualdades e dos jogos de poder estabelecidos nas relações de gênero (SCOTT, 1995). Parte-se da noção de que as relações sociais são também constituídas pelo gênero, juntamente com as relações de classe e de raça/etnia, consideradas como eixos básicos que estruturam a realidade social e que não devem ser tomados isoladamente, mas sim em profunda articulação e interação. Neste texto, será tratada a temática de gênero como uma categoria de análise das relações sociais (SAFIOTTI, 1987). Gênero é, isto sim, algo que existe nas interações sociais, é aquilo que concordamos que seja (HARE-MUSTIN & MARECEK, 1990). Não possui fundamento biológico e sua existência só se realiza na relação entre as pessoas.

Para Scott, gênero é entendido como: “um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos”, apresentando-se também como “uma forma primordial de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 11). Sabe-se que no desenvolvimento dos estudos feministas, o conceito de gênero surgiu como instrumento de “desnaturalização” das desigualdades entre os sexos, procurando-se com ele enfatizar que ser homem ou ser mulher não é simplesmente um feito natural, biológico, mas a combinação de vários fatores de ordem da economia, social, política, étnica e cultural. Daí porque, nas concepções originais, a insistência em se distinguir “sexo”, como um fenômeno biológico cultural e psicológico. Embora hoje se reconheça que tal conceituação já é uma construção de gênero nos termos originais e permite entendermos não apenas “masculino” e “feminino”, mas também “homem” e

“mulher”, como categorias socialmente construídas (BUTLER, 2003).

Para Butler (2003), o corpo não é um meio passivo sobre o qual se inscrevem significados culturais, ele também é uma construção, portanto, pode-se dizer, a partir desta concepção, que o corpo não tem uma existência anterior à marca de seu gênero. E, por outro lado, gênero não se deduz de um corpo, não é natural, não é algo que somos, mas algo que fazemos. E neste sentido, “o gênero não deve ser construído como uma identidade estável ou *locus* de ação do qual decorrem vários atos; em vez disso, o gênero é uma identidade tenuemente constituída no tempo, instituída num espaço externo por meio de uma repetição estilizada de atos” (BUTLER, 2003, p. 200). Observa-se, porém, que no plano teórico, o conceito de gênero não substitui a categoria mulher, nem tampouco torna irrelevante pesquisas e reflexões sobre mulheres enquanto um grupo social discriminado. Ao contrário, permite que se pense essa categoria como uma construção social historicamente específica e como essa construção legitima a situação de discriminação, exploração e subordinação das mulheres.

Ao mesmo tempo, a categoria gênero dá conta da diversidade da condição e experiência feminina em sociedades distintas, no tempo e espaço e, ressalte-se, inclusive, no seu interior, ao possibilitar a análise de como os recortes de classe, raça, idade /geração, orientação sexual, que permeiam as vivências de gênero, de sorte a resultarem em experiências femininas bastante distintas. Nesta perspectiva, é possível pensar as relações entre os sexos (entre mulheres e homens, bem como entre mulheres e entre homens) ou seja, as relações de gênero no plano das relações sociais e, assim, como relações delineadas não são naturalizadas antes pela biologia dos sexos, mas sim por forças sociais, econômicas, políticas, culturais e ideológicas, historicamente específicas (SARDENBERG, 1998). Na década de 1990, os núcleos de pesquisa criados nas universidades brasileiras ganharam mais relevância com a progressiva expansão do ensino superior, o que favoreceu a entrada da questão de gênero nas universidades brasileiras. Nesse momento, o termo ‘mulher’, característico da militância que se apresentou durante a transição democrática, é substituído pelo

conceito de ‘gênero’ que trazia implícito, nessa revisão epistemológica, um amadurecimento teórico do feminismo (COSTA & SARDENBERG, 1994). Ocorre, desta forma, uma redefinição universal dos Estudos das Mulheres para uma perspectiva ampliada do gênero, sendo este considerado como a organização social das relações entre os sexos, ou seja, uma construção cultural ‘sobre um corpo’. A seguir expõe-se brevemente sobre a história de gênero nos países de que trata este artigo.

História das mulheres e políticas públicas de igualdade de gênero no Brasil e Portugal

A história das mulheres no Brasil e em Portugal deu-se de maneira muito semelhante. Ao ler sobre as respectivas histórias tem-se a sensação de ler em duplicidade, embora sejam percebidas diferenças quanto ao contexto histórico, há semelhanças na maneira como ocorreram e ocorrem a opressão das mulheres e o poder irrestrito dos homens sobre a mente e os corpos femininos.

Alerta-se para a questão social e étnica, cujas experiências também foram e são distintas. As mulheres pobres, nos dois países, constituíram força de trabalho como provedoras do lar ou complementando a renda doméstica há muito tempo. Estas encontravam-se nas feiras, praças e mercado vendendo os produtos que elas próprias produziam, enquanto as das demais classes sociais, na maioria dos casos, não precisavam se preocupar com o orçamento doméstico, limitando-se ao mundo privado, confinadas ao seu lar. As condições de subjugação familiar, inferioridade social e limitação de exercício dos direitos políticos somente começam a mudar a partir do século XVIII. Foi quando se iniciou um movimento de reivindicação dos direitos da mulher desencadeado pela racionalidade política, econômica e social liberalizante do iluminismo e impulsionado pelos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade da Revolução Francesa (CANCIAN, 2013).

No século XIX, o movimento feminista encontrou eco na emergente sociedade liberal europeia. Todavia, o movimento emancipacionista das mulheres estava associado às contradições que permeavam a sociedade liberal da época, onde as leis em vigor formalizavam juridicamente as combatidas diferenças entre os sexos

masculino e feminino (CANCIAN, 2013). Apesar do Estado Novo² em Portugal estabelecer na educação modelos de homens e mulheres³, na sociedade houve a eclosão de movimentos feministas que iam de encontro a essas concepções. Uma das afirmações nesse modelo seria a de que a mulher trabalhar fora de casa seria ‘desagregador’ para a família. No início dos anos 1960, inicia-se um movimento de resistência das mulheres que coincidiu com uma situação de ruptura com concepções do Estado Novo, relacionado ao feminismo contemporâneo (segunda onda do movimento feminista), a partir da investigação sobre as origens e causas da posição subordinada das mulheres na sociedade (BALLARIN *et al.*, 2005).

Segundo Tavares (2000), essa concepção do Estado Novo sobre as mulheres era alimentada também pelas características do desenvolvimento econômico em Portugal, dependente especialmente dos ingleses e com grande atraso industrial, o que dificultava ainda mais a observância da mão-de-obra feminina. A exploração e autoritarismo causados pelo regime, acrescido da guerra colonial e conseqüente crise financeira e surto emigratório, agrava as contradições e mobiliza grande parte da população portuguesa, acentuando-se a revolta no país, o que culminou com o colapso do regime e processo revolucionário do dia 25 de abril de 1974.

O 25 de abril, nesse sentido, favoreceu condições para a participação de milhares de mulheres nas lutas por direitos sociais, políticos e econômicos e significou uma abertura de portas, com as mulheres enfim tomando a palavra e se fazendo ouvir (TAVARES, 2000). Na seqüência, o pós-25 de abril consistiu numa explosão social e grande articulação entre as mulheres em várias áreas, fortalecidas pelo vínculo fomentado pelas associações de mulheres, consideradas como espaços de afirmação e valorização das próprias mulheres. Na efervescência desse processo, em 2 de abril de 1976 foi promulgada a Constituição da República de Portugal, que estabelece enfim a igualdade de direitos entre homens e mulheres e o

reconhecimento, outrossim, de um novo estatuto na sociedade, no trabalho e na família.

No caso brasileiro, o movimento feminista apenas se consolidou na condição de um movimento de massa em meados da década de 1970, no contexto da luta contra o regime militar (1964-1985)⁴ (MACAULEY, 2006). Logo no início da ditadura no Brasil, houve a proibição das formas de organização coletiva contrárias ao governo militar, no entanto, com o recrudescimento da censura e repressão a partir de 1968, as formas de resistência passaram a se constituir, cada vez mais, no clima de clandestinidade. Nesse sentido, o primórdio de um movimento feminista brasileiro vai surgindo como uma forma das mulheres se posicionarem contra o regime em questão (SAFA, 1990). Nesse contexto, o autoritarismo praticado pelo Estado dava pouca possibilidade para que outras pautas, as quais diziam respeito especificamente às demandas das mulheres, viessem à tona.

Por um lado, as mobilizações de mulheres basicamente se somavam às formas de resistência à ditadura; por outro, o próprio engajamento político de mulheres já trazia, em si, uma revisão de uma ordem de gênero que relegava as mulheres a um papel secundário (SARTI, 2004), ainda que não sistematizada em bandeiras assim chamadas feministas. Com o fim do regime militar, em 1985, a sociedade brasileira se encontrou em um intenso processo de ebulição que girava em torno de uma nova Constituição Federal, promulgada em 1988, e da criação de espaços institucionais que fizessem valer a democracia recém conquistada. A nova Constituição, que completa 29 anos, além de restaurar a democracia no Brasil, é considerada um marco na defesa de direitos igualitários para homens e mulheres no País, pois incorpora no Artigo 5º, I: “Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição”. E no Artigo 226, Parágrafo 5º: “Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos pelo homem e pela mulher”. Esses dois artigos garantiram a condição de equidade de gênero, bem como a proteção dos direitos humanos das mulheres pela primeira vez na República Brasileira.

² Governo ditatorial com características totalitárias (1926-1974) em Portugal, cujo principal governante foi António de Oliveira Salazar, período conhecido como ‘salazarismo’.

³ A exemplo da criação da Mocidade Portuguesa, em 1936, para meninos e, no ano seguinte, a Mocidade Portuguesa Feminina.

⁴ Regime que se instaurou no país a partir de um golpe de estado apoiado pelos setores dominantes e pela política externa dos Estados Unidos (SAFA, 1990).

Vale mencionar que no Brasil, com o fim da ditadura militar em 1985, dois importantes passos foram dados: a fundação das Delegacias de Defesa da Mulher e o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM). A primeira, é considerada uma importante política adotada no combate à violência praticada por homens contra mulheres; a segunda, com a finalidade de pôr em prática políticas orientadas à militância feminista, é uma instituição com autonomia financeira e administrativa, poder deliberativo e um orçamento razoável à época (CALDEIRA, 1998). Vê-se, portanto, nos dois países em questão, uma evidência de que no contexto das ditaduras, houve de um lado uma tentativa de supressão dos movimentos feministas. Apesar disso, observou-se a eclosão da insatisfação e consequente articulação de movimentos revolucionários, tendo as mulheres um papel de protagonista em muitos deles.

No bojo de todo esse processo longo e histórico de luta por direitos, de desenvolvimento democrático, surgem, a partir da segunda metade do século XX, políticas de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres e mecanismos de promoção da equidade de gênero, impulsionados, efetivamente, pelos estudos feministas e de direitos humanos. Diversas organizações internacionais contribuíram para a análise da desigualdade e discriminação das mulheres e criaram mecanismos e instrumentos para superá-las, como por exemplo a Organização das Nações Unidas (ONU). A Organização dos Estados Americanos (OEA) e a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal) têm difundido e aplicado a perspectiva de gênero com vistas ao alcance do desenvolvimento integral dos países da região. Em 1982 iniciaram-se, nesse sentido, programas de ação comunitária para a igualdade de oportunidades e, em 1995, foi criado o grupo de Comissários/as para a igualdade de oportunidades, em estreita ligação com o Parlamento Europeu (CARVALHO & MONTANÉ, 2017).

Cabe ressaltar que nos últimos anos têm avançado as políticas públicas de gênero desenvolvidas por Estados democráticos, apesar das políticas macroeconômicas, que vêm reduzindo o papel do Estado através da desregulação dos mercados financeiros e de trabalho. Assim, ao mesmo tempo em que se enfraquecia a institucionalidade do Estado e amiúde se subordinavam

os objetivos de igualdade aos objetivos de crescimento, se dava o reconhecimento dos direitos das mulheres (CEPAL, 2010).

Na União Europeia (UE) a igualdade entre homens e mulheres está entre os objetivos estratégicos de desenvolvimento europeu para 2020. O foco do trabalho para a igualdade entre as mulheres e os homens consiste em assegurar a igualdade de oportunidades e em combater a discriminação fundada no sexo. Para tal, implementou-se o *mainstreaming* na UE, a partir da ação da Comissão Europeia em 1996. Tal abordagem foi definida pelo Conselho da Europa como a (re)organização, melhoria, desenvolvimento e avaliação dos processos políticos, de forma a incorporar uma perspectiva de igualdade de gênero em todas as políticas, em todos os níveis e em todos os estágios, pelos atores envolvidos na decisão política. O *mainstreaming* de gênero consiste, pois, numa abordagem global e transversal e implica em um esforço de mobilização de todas as políticas, que implica trazer perspectivas e análises relevantes de gênero para o centro das atenções dos assuntos sociais, como a educação e a saúde, onde são já relativamente entendidas ou aceitas.

Portugal é o terceiro país mais desigual da UE, de acordo com o Índice de Igualdade de Gênero – 2015. Criado em 2013 pelo Instituto Europeu para a Igualdade de Gênero, compreende séries temporais relativas ao desempenho dos Estados-membros em matéria de igualdade de gênero e é construído em torno de seis domínios fundamentais – trabalho, dinheiro, conhecimento, tempo, poder e saúde, além de outros dois domínios: violência contra a mulher e desigualdades interseccionais (PORTUGAL, 2009). Tempo (cuidado e social) e poder (político e econômico) continuam a ser o maior calcanhar de Aquiles das mulheres no combate à desigualdade de gênero em Portugal. A distribuição desigual do tempo entre homens e mulheres quando se trata de atividades domésticas e a prevalência da sobre-representação masculina em áreas de tomada de decisão continua a ser evidente. Em Portugal, o quesito conhecimento, que mede lacunas na participação das mulheres no ensino superior, também chama a atenção em relação

aos índices da UE⁵. Apesar do considerável acesso das mulheres portuguesas no nível superior de ensino nos últimos anos, há ainda uma discrepância quando comparados aos outros países da UE. Com relação ao poder, que diz respeito à ocupação em órgãos ou funções de poder, Portugal está minimamente representada por mulheres⁶. Os países com melhores índices de igualdade de gênero na Europa são Suécia, Dinamarca e Finlândia. Pior que Portugal, só Romênia e Eslováquia.

No Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2015) identifica um percentual de 40% dos lares chefiados por mulheres. Apesar disso, as mulheres recebem pelo mesmo trabalho algo em torno de 70% do percebido pelos homens. Esses índices fazem refletir sobre o nível de desigualdade de gênero nas relações de trabalho ainda constituem um reflexo da compreensão do papel da mulher na sociedade, a qual ainda faz parecer que o seu salário constitui apenas uma ‘complementação’ à renda doméstica.

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), comunidade de países e povos que partilham a mesma língua, foi criada em 1996 com o objetivo central da colaboração internacional, entre nove países de língua portuguesa das quais Brasil e Portugal fazem parte. A CPLP aprovou em 2010 o Plano Estratégico de Cooperação para a Igualdade de Gênero e Discriminação, focando-se em eixos que integram áreas prioritárias de atuação no domínio da igualdade de gênero e de empoderamento das mulheres nos Estados membros. Portanto, a promoção da igualdade de gênero, como se vê acima, é disseminada por diversos organismos internacionais e um dos objetivos do milênio estabelecidos pela ONU, estando em terceiro lugar entre as suas oito metas.

A inserção feminina no mercado do trabalho e na Educação Superior

Ainda que a entrada das mulheres no trabalho assalariado tenha ganhado corpo já durante o processo

de industrialização⁷, este era configurado como uma extensão do trabalho doméstico, as mulheres adentram as fábricas e as indústrias em atividades prioritariamente no ramo têxtil. Já na ocasião o trabalho feminino foi identificado, então, com certas funções típicas da ‘natureza’ feminina e com a mão-de-obra barata por serem consideradas menos produtivas. Uma característica comum a todos os países europeus é o fato de as trabalhadoras, nesse período, serem em sua maioria jovens e solteiras. Este fato ocasionou grandes modificações na sociedade feudal e alterações profundas no ‘mundo feminino’, trazendo à tona, conseqüentemente, uma forma de trabalho desprovida de informações, sem proteção legal, baixa remuneração e que acarretava atitudes de concorrência e agressividade por parte de seus colegas no trabalho e companheiros no lar (ALAMBERT, 1986).

Entretanto, somente no século XX, a partir da reflexão propulsionada pelos estudos feministas, incluem-se as atividades não-remuneradas no conceito de trabalho, com isso torna o trabalho das mulheres mais visíveis e, de certo modo, mais respeitado nas respectivas sociedades. Esse trabalho nunca fora reconhecido como tal, e sim considerado como parte da ‘natureza’ da mulher e ligado à sua correção moral. A virtude da mulher era vinculada exclusivamente ao lar e seus afazeres em todos os países da Europa, bem como na realidade brasileira. Nesse mesmo período, surge a entrada das mulheres da classe média nos trabalhos de ‘colarinho branco’, aqueles vinculados ao secretariado, datilografia, telefonia, ensino, enfermagem.

E nessa lógica da busca por empregos melhor remunerados, exige-se das mulheres mais qualificação e, conseqüentemente, o acesso à educação, antes restrita aos meninos e homens. O acesso à educação esteve sempre como um dos focos do movimento feminista de outrora, juntamente com os direitos econômicos e políticos. Com isso os crescentes níveis de escolarização feminina, além da idade mais tardia no casamento favoreceu o acesso das mulheres a níveis mais elevados de qualificação profissional. A ‘Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: Visão e Ação’, foi um documento elaborado pela Unesco em 1998 e que tinha como

⁵ 29.9 comparado a 52.1 para a União Europeia.

⁶ Média menor quando comparada aos índices de toda a União Europeia para as ocupações em ministérios, assembleias, câmaras municipais, sociedades/ órgãos de fiscalização ou de administração e banco central.

⁷ A Primeira Revolução Industrial se consolidou na Europa no século XIX e com atraso no Brasil (década de 1930).

objetivo principal a promoção do acesso e fortalecimento das mulheres por cinco eixos de ação, quais sejam: a sensibilização, o desenho curricular, a pesquisa e extensão, a cultura institucional e a coordenação interinstitucional. O documento em si, assim como todas as políticas nesse sentido, não garante uma mudança de ação nem tampouco mudança de mentalidade, mas demonstra o posicionamento oficial e foi, portanto, adotado por várias Instituições de Educação Superior (IES) no mundo (UNESCO, 1998).

De acordo com dados da OCDE⁸ as mulheres estão conseguindo altos desempenhos na educação superior. Estima-se que 66% das jovens, nos países da OCDE, vão ingressar em programas universitários em algum momento da vida contra 44% dos homens jovens. Os homens ainda têm maior probabilidade do que as mulheres de conseguir qualificações avançadas em pesquisa, e 74% de todos os estudantes de engenharia, produção e construção civil são homens.

A educação superior aumenta as possibilidades de emprego tanto para os homens como para as mulheres, e as diferenças de gênero no mercado de trabalho ficam menores nos níveis educacionais mais altos. Ao mesmo tempo, as mulheres continuam sub-representadas nos níveis mais altos da educação. Em 2009, 54% das titulações avançadas em pesquisa, como doutorados, foram concedidas a homens, na média dos países da OCDE. Esse padrão é visível em todos os países, exceto no Brasil, Finlândia, Islândia, Nova Zelândia, Polônia, Portugal e Estados Unidos, onde as mulheres recebem a maior parte das titulações mais avançadas.

Além disso, alguns sistemas educacionais ainda não ultrapassaram certos estereótipos que concebem algumas áreas de estudo como sendo masculinas ou femininas. Em 2009, por exemplo, mais de 70% dos alunos do ensino superior na área de educação eram mulheres, e uma média de 75% dos títulos na área da saúde e bem-estar também foram concedidos a mulheres. Um número cada vez maior de países da

OCDE já apresenta iniciativas para contornar essas disparidades. Em geral, o acentuado progresso na formação das mulheres está sendo traduzido em ganhos no mercado de trabalho. Em 2009, uma média de 79% das mulheres com ensino superior estavam empregadas, comparadas a 66% das mulheres com ensino médio, e 46% daquelas com ensino médio incompleto. É intrigante, entretanto, que as mulheres ainda tenham menor probabilidade de participar do mercado de trabalho do que os homens, mesmo quando possuem as mesmas qualificações.

A partir do final dos anos 1980 em Portugal, o número de ingressantes do sexo feminino nas universidades foi superior ao número de ingressantes do sexo masculino. Em 1986, foram 1.232 mulheres a mais do que homens; essa diferença aumentou para 24.165, em 2016. São números significativos e que demonstram o nível de qualificação educacional que cada vez mais mulheres estão conseguindo obter. Apesar disso, o que se verifica no mercado de trabalho é uma inversão nesses dados. Macedo e Santos (2009) consideram que as mulheres no mercado de trabalho são vistas como algo considerado 'não natural', principalmente no que diz respeito aos postos de comando, ou seja, mesmo tendo a qualificação necessária, são geralmente preteridas a ocupar cargos de chefia.

No seu artigo, Macedo e Santos (2009) fazem referência à entrada das mulheres no mercado de trabalho, principalmente para ocupação em postos socialmente ligados ao cuidar. Assim, estão as mulheres em funções ligadas à educação, saúde e ação social; no que tange à funções de liderança, observa-se que mesmo nesses espaços há a predominância masculina. Na pesquisa ora apresentada, essas formas de visibilidade⁹ também se mostram presentes.

No Brasil, o número total de ingressos de mulheres em cursos de graduação (1.298.652) supera o de homens (1.084.458), de acordo com o último censo do INEP. E, entretanto, do total de 396.595 docentes em IES no Brasil, 216.775 são homens e apenas 179.820 são mulheres. O Censo Educacional (2014) – informa sobre os concluintes do ensino superior por área no

⁸ A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico é uma organização internacional composta por 35 países, da qual faz parte Portugal, tendo o Brasil uma relação como não-membro, no entanto candidato à adesão. Estados não-membros participam nos grupos de trabalho, regimes ou programas.

⁹ O conceito de visibilidade remete a uma fala de sujeitos produzida com um determinado sentido, mais com vistas à produção de verdades do que propriamente uma realidade vivenciada ou apresentada pelos sujeitos (FOUCAULT, 2015).

Brasil – há uma predominância feminina nas áreas de educação (81% dos concluintes são mulheres), saúde e bem-estar social (72,8%) e humanidades e artes (67,4%). Esse perfil tem influenciado de maneira significativa a inserção desse grupo no mercado de trabalho criando as chamadas ocupações tipicamente femininas, que são menos valorizadas em termos de rendimento e *status* ocupacional.

Discussão

Nos dados empíricos é possível perceber em muitos momentos, nos conteúdos dos discursos, formas de sociabilidade, jogos de forças sociais, modos de ser e estilos de vida, nas realidades brasileira e portuguesa, como o imaginário feminino se mostrava antes e agora, (aspectos que permanecem e se modificam). Neste ponto, a violência sempre esteve presente em qualquer coletividade, pois a luta pelo poder é o fundamento de qualquer relação social. Isso constitui mais um forte elemento para corroborar a afirmação de que a violência de gênero é estrutural e cultural.

A ênfase na questão da violência contra a mulher

A violência de gênero é ainda hoje, tanto na realidade brasileira quanto portuguesa, um grande flagelo social, um atentado aos direitos humanos e um problema de saúde pública. Tratada como algo ‘normal’, que é, pois, justificada por uma vertente cultural.

*[...] culturalmente ainda há aqui uma certa **normalização** (D.P. 4¹⁰).*

*O ano passado a quantidade de crimes por violência doméstica foi elevadíssimo. [...] **questão cultural**. Isto vai demorar algum tempo até melhorar porque no fundo o **25 de abril**, a revolução que existiu em Portugal há 40 anos, em 74, ainda há muitos resquícios de uma cultura de que foi durante muitos anos. O homem manda e a esposa obedece, o homem pode bater na mulher [...]um registro de muitos anos. (D.P. 2).*

Observa-se nas falas dos(as) portugueses(as) participantes desta pesquisa que a Revolução dos Cravos, em 25 de abril de 1974, não trouxe efetiva mudança nas relações sociais entre os gêneros, ainda que tenha significado um marco para a população

portuguesa. As falas relatam que as expectativas acerca das transformações não se refletiram na prática e argumentam que este fato se justifica por ser esta uma história recente.

Tanto no Brasil quanto em Portugal a legislação já apresenta amparo às vítimas de violência doméstica. Tem-se no Brasil a Lei Maria da Penha, promulgada em agosto de 2006, dispositivo legal que visa aumentar o rigor das punições sobre crimes domésticos. A Lei altera o Código Penal, com a introdução do parágrafo 9, do artigo 129, que possibilita que agressores de mulheres em âmbito doméstico ou familiar sejam presos em flagrante ou tenham sua prisão preventiva decretada. Em Portugal, existe nessa mesma lógica, a Lei nº 112/2009 de 16 de setembro, que estabelece o regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica e à proteção e assistência das suas vítimas. Em ambos os países tais legislações de amparo e proteção às vítimas de violência doméstica são ainda bastante jovens e, portanto, não foram suficientes para alterar uma prática arraigada na cultura dos países em questão.

A gente vivencia isso todos os dias. Eu tô no estágio e a mulher que vem lá se queixa que tá com uma fratura porque o marido bateu. [...] Então, a gente vivencia a violência no nosso cotidiano (D.B. 6).

[...] tradicionalmente o terapeuta ocupacional em Portugal não atua muito nessas temáticas [...] A não ser que na sequência de uma violência doméstica surja uma lesão que condicione a sua participação. Por exemplo, ficou com uma lesão neurológica, um traumatismo craniano, [...] entra como qualquer outro cliente (D.P. 1).

Constata-se que a maioria dos docentes das diversas áreas da saúde que fizeram parte deste estudo não consideram relevante trabalhar temas específicos voltados para as questões de gênero. Nos seus discursos, mencionam reiteradamente a ausência de relação da ação profissional em si com a temática de gênero, não entendendo como necessário trazer para a sala de aula uma realidade vivida na sociedade.

Relações de poder

A enfermagem é uma profissão essencialmente feminina, tem muito mais mulheres do que homens, mas curiosamente as pessoas que estão em lugar de relevo, ou seja, que são chefes, que são diretores, são homens (D.P. 4).

¹⁰ Os discursos dos docentes serão designados por meio das seguintes siglas: D.B. para Docentes Brasileiros e D.P. para Docentes Portugueses. Os números são para identificar os diferentes sujeitos, preservando, desta forma, o anonimato destes.

A sociedade desloca as mulheres das posições de poder e delimita suas esferas de atuação e, conseqüentemente, seus ‘papéis’ no mundo do trabalho. Há uma orientação dos espaços inerentes à mulher, cujas características sugerem uma suposta ‘inferioridade’ determinando sua posição desigual na sociedade (CRUZ, 2006). Além disso, segundo Saffioti (1987), o trabalho que impõe mais poder tende a pertencer à esfera masculina, seguindo a lógica do patriarcado. É notório que o “poder do macho” é uma situação frequente no campo do trabalho.

[...] depois, do ponto de vista cultural, a mulher e o homem não tem papeis iguais (D.P. 3).

[...] acho que a mulher também se identifica mais com essa área do cuidar, essa parte da humanização, de estar com as pessoas (D.B. 7).

Docentes do ensino superior continuam reproduzindo discursos de naturalização dos papéis delimitados para os respectivos gêneros, ou seja, à mulher cabe o cuidar e ao homem cabe o comandar. Por conseguinte, o gênero é informado pela desigualdade social, pela hierarquização e até pela lógica da complementaridade que traz embutida a violência.

Não conheço nenhum caso que seja o gênero que determina qualquer coisa. Eu acho que é mais uma questão de oportunidade [...] independentemente de ser homem ou mulher (D.P. 1).

Faz apenas pouco mais de 40 anos. É assim mesmo. A mudança exige tempo (D.P.2).

Nos depoimentos repetidos por vários(as) docentes de ambos os sexos, percebe-se uma ‘invisibilidade’ ou naturalização de gênero, mediante a negação da desigualdade e do privilégio entre homens em detrimento das mulheres. As relações de poder presentes nas sociedades brasileira e portuguesa cotidianamente parecem não reverberarem nos discursos dos(as) participantes deste estudo. Neste sentido, é importante destacar a importância da humanização, da difusão do paradigma da produção social da saúde como processo que envolve múltiplos aspectos objetivos/subjetivos e que passou a ser reconhecido como matriz de intervenção multiprofissional, o que transformou o cuidado em objeto de diferentes profissões. O trabalho em saúde faz uso de ferramentas tecnológicas, denominadas de leves, leve-duras e duras e o cuidado, que é essencialmente relacional, dependeria do modo como

cada trabalhador articula tais ferramentas (MERHY, 2002). Nesse sentido, é possível dizer que no trabalho em saúde, a questão de gênero, por exemplo, se caracteriza pela ênfase no predomínio das relações sociais, ou seja, das tecnologias leves. Nos processos de trabalho em saúde, o cuidado requer conhecimentos sobre um contexto interligado em que vivem seus usuários. É fundamental atentar para os determinantes sociais, econômicos, culturais, religiosos, ambientais, suas relações familiares e o meio onde vivem. Não se pode relegar a um segundo plano as condições de vida do usuário dos serviços. Neste ponto, se insere a questão de gênero.

Considerações Finais

As reflexões teóricas questionam a importância da transversalização do gênero nas práticas e políticas públicas trazendo a discussão da qual, acreditamos, poder extrair algumas contribuições para uma melhor compreensão dos diferenciais de gênero no contexto do trabalho profissional e na prestação de serviços de qualidade no campo da saúde.

Apesar dos avanços sociais, direitos conquistados e qualificação intelectual das mulheres, persistem a ‘naturalização’ dos ‘papeis de gênero’ e a distinção entre trabalho masculino e feminino. A presença da mulher tem aumentado significativamente no ensino superior e ultrapassado percentualmente o quantitativo de homens, realidade comum ao Brasil e a Portugal. As mulheres estão com os mais altos níveis educacionais, mas continuam enfrentando barreiras na sua ascensão profissional por questões relativas ao gênero. O gênero continua sendo um marcador social da diferença. No mercado de trabalho são valorizadas características consideradas masculinas como a competitividade e racionalidade, sugerindo, desta forma, que a mulher não esteja apta a assumir determinadas funções, principalmente a de liderança com o argumento pautado na natureza. Os estereótipos atribuídos ao gênero ainda moldam as relações no trabalho e, com isso, reforçam a ausência das mulheres em cargos de poder. De forma semelhante acontece no trabalho docente no ensino superior em saúde, onde ainda que as mulheres estejam em maioria, não se distribuem igualmente entre os diversos cursos pela atribuição de

significados às carreiras consideradas ‘masculinas’ e ‘femininas’. O gênero, pois, influencia no valor social dado às profissões.

No discurso dos (as) respondentes não se observou uma assimilação da importância em se debater a temática de gênero no cotidiano das práticas acadêmicas, em uma argumentação pouco lógica justificada pela ausência de relação com a prática profissional da área da saúde. O fato parece acontecer, mas acontece lá, não aqui. Nos discursos emerge a invisibilidade de uma diferença entre os gêneros e, conseqüentemente, nas relações de poder dentro do ensino superior. Essa desconstrução discursiva tem acontecido desde que surgiu o movimento feminista, no entanto, tudo isso só se efetiva no âmbito da prática e requer ainda muita luta¹¹. O Ensino Superior constitui-se como espaço privilegiado à realização de ações promotoras desse processo de desnaturalização, e, por isso, exige do Brasil e de Portugal um longo caminho na busca pela igualdade de gênero de fato.

Tudo isso ocorre sem que a comunidade científica admita reconhecer as diferenças de gênero nas práticas de pesquisa. Além de tudo, a participação das mulheres resulta em mudanças no modo de produzir conhecimento, elegendo-se novos temas e questões, revendo-se teorias e conceitos, incorporando-se novos meios de investigar os problemas, redobram-se as dificuldades. Afinal, a luta cotidiana pela legitimação de novos campos e abordagens demanda muito tempo e energia criativa. E isso se relaciona, então, a um terceiro conjunto de fatores que dizem respeito ao modo como a ciência foi estruturada, baseada em valores androcêntricos, que dificultam avanços mais significativos para a ‘sobrevivência’ das mulheres e contribuem para o retardo por exemplo, na ascensão profissional.

Referências

BALLARIN, P.; BIRRIEL, M. M.; MARTINEZ, C.; ORTIZ, T.. As mulheres e a história da Europa. In: *As mulheres na União Europeia: história, trabalho e*

¹¹ Algumas pautas do movimento feminista só entram como política pública a partir de mulheres que estão fazendo a política, por isso a necessidade da representatividade feminina nas mais diversas instâncias da nossa sociedade.

emprego. Rede de Estudos das Mulheres. Neograf Artes Gráficas, Id^a: Lisboa, 2005.

BRASIL/INEP. Disponível no endereço <http://portal.inep.gov.br/web/guest/censo-da-educacao-superior>. [Consultado em (27/06/2017)].

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CALDEIRA, Teresa. Justice and Individual Rights: Challenges for Women’s Movements and Democratization in Brazil. In: Jaquette, J. & Wolchik, S. (ed.). *Women and Democracy: Latin American and Central and Eastern Europe*. Baltimore/London: The Johns Hopkins University Press, 1998.

CARVALHO, M. E. P.; MONTANÉ, A. Políticas de equidade de gênero na educação superior na Espanha e no Brasil: avanços e limites. In *Labrys, études féministes/ estudos feministas*, juillet/ décembre, 2012. Disponível no endereço <https://www.labrys.net.br/labrys22/education/maria%20eulina.htm>. [Consultado em (19/06/2017)].

COSTA, Ana Alice; SARDENBERG, Cecília. Teoria e práxis feministas na academia: os núcleos de estudos sobre a mulher nas universidades brasileiras. *Estudos Feministas*, n. e., p. 387-400, 1994.

CRUZ, Maria Helena Santana. Dimensões do feminismo em Sergipe. In *Cadernos Feministas de Economia & Política*. (n. 3, p.141-164). Recife: Casa da Mulher do Nordeste, 2006.

DOSTOIÉVSKI, Fiodor. *Duas narrativas fantásticas: a dócil e o sonho de um homem ridículo*. (Trad. Vadim Nikitin). (3^a edição, 128p.). São Paulo: Editora 34, 2011.

EIGE. *Gender Equality Index 2015: measuring gender equality in the European Union 2005-2012*. Disponível em <https://www.cig.gov.pt/201506/eige-publica-indice-de-igualdade-de-genero-2015>. [Consultado em (19/06/2017)].

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. (Trad.: Laura Fraga de Almeida Sampaio. 17. ed). São Paulo: Edições Loyola, 2008.

_____. “Mesa-redonda em 20 de maio de 1978”. In: *Ditos e escritos IV: estratégia, poder-saber*. (3^a ed, p. 328-344) Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.

_____. Ética, sexualidade e política. In: Motta, M. B. (org) *Ditos e escritos V*. Rio de Janeiro: Forense Universitária. P. 234-239, 2004.

_____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2012.

MACEDO, Eunice; SANTOS, Sofia. Apenas mulheres? Situação das mulheres no mercado de trabalho em quatro países europeus. *Ex aequo*, (19), 129-155. Recuperado em 25 de junho de 2017, de <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-55602009000100011&lng=pt&tlng=pt>. 2009.

MACAULEY, Fiona. *Gender Politics in Brazil and Chile: the role of parties and national and local policymaking*. Hampshire/New York: Palgrave Macmillan, 2006.

MERHY, Emerson Elias. *Saúde: a cartografia do trabalho vivo*. São Paulo: Hucitec, 2002.

Organização das Nações Unidas (ONU). *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Recuperado de <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>>, 1948.

PORTUGAL. *Gênero, território e ambiente: guia para mainstreaming de gênero*. Fevereiro, 2009. Recuperado de <http://www.igualdade.gov>.

PORTUGAL. Alunos matriculados no ensino superior: total e por sexo – Portugal. Disponível em: <<http://www.pordata.pt/Portugal/Alunos+matriculados+no+ensino+superior+total+e+por+sexo-1048>>, acessado em 26 jun. 2017.

SAFA, Helen. Women's Social Movements in Latin America. *Gender and Society*, v. 4, n. 3, p. 354-369, 1990.

SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. *O enfoque de gênero: fundamentos teóricos e aspectos práticos*. Salvador: NEIM/UFBA, 1998.

SARTI, Cynthia. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. In: *Estudos Feministas*, v. 12, n. 2, p. 35-50, 2004.

SCOTT, Joan. Gênero: Uma categoria útil da análise histórica. Tradução e publicação: *SOS Corpo*: Recife, 1995.

TAVARES, Manuela. *Movimentos de mulheres em Portugal: décadas de 70 e 80*. Lisboa: Livros Horizonte, 2000.

UNESCO. *Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: Visão e Ação*. Paris: Unesco, 1998.